

**A coleção arqueológica da Rádio Comunitária  
A Voz da Selva de Boa Esperança,  
RDS Amanã, Amazonas, histórias de uma coleção parente**

**The Archaeological Collection of the Community Radio  
“A Voz da Selva de Boa Esperança”,  
RDS Amanã, Amazonas, stories from a kin-making collection**

Mauricio Andre Silva<sup>1</sup>  
Marjorie do Nascimento Lima<sup>2</sup>  
Eduardo Kazuo Tamanaha<sup>3</sup>

DOI 10.26512/museologia.v1i2i24.49239

**Resumo**

O artigo reflete sobre a apropriação de objetos arqueológicos por crianças ribeirinhas no contexto amazônico, em um exímio processo de seleção que, posteriormente, gerou uma coleção local. Atualmente, a coleção está guardada na Rádio Comunitária a Voz da Selva, na comunidade de Boa Esperança, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. Por meio do aprendizado de como as famílias se relacionam com as coisas, em um processo constante de aproximação com o tempo da memória, indicamos desafios para a gestão do patrimônio arqueológico e para a musealização da arqueologia. Devido à porosidade dos materiais arqueológicos na vida em comunidades, apresentamos a noção de coleção parente, que reforça a conexão desses conjuntos com as pessoas e suas experiências de vida, ampliando a dimensão educacional do patrimônio arqueológico.

**Palavras-chave**

Coleção parente; coleção comunitária; gestão do patrimônio; arqueologia amazônica; comunidade ribeirinha.

1 Educador museal, arqueólogo e coordenador do Educativo do MAE-USP. Doutor e Mestre em Arqueologia pela mesma instituição, com pesquisas na interface da museologia, arqueologia e educação. Bacharel em História pela FFLCH - USP (2008) e Licenciado Pleno em História pela FE-USP (2009). Profissional de museu desde 2005, tem atuado com comunidades tradicionais e indígenas no contexto amazônico e do estado de São Paulo. Atualmente é correspondente do Comitê Internacional para Educação e Ação Cultural do ICOM no Brasil (CECA-BR) em uma gestão compartilhada. Contato eletrônico: mauricio.andre.silva@usp.br

2 Licenciada em História pela UFAM, mestra e doutora em arqueologia pelo MAE-USP. É pesquisadora associada ao Grupo de Arqueologia e Patrimônio Cultural na Amazônia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tem experiência em arqueologia da região Amazônica, onde tem pesquisado sobre história indígena e povos tradicionais, arqueologia em áreas protegidas, cultura material e relações com a paisagem. Atualmente desenvolve trabalhos no médio rio Solimões. Membro dos grupos de pesquisa do CNPq, “Arqueologia e Patrimônio Cultural na Amazônia” (Instituto Mamirauá), Estudos da Amazônia Indígena (Universidade Federal do Amazonas), Floresta e Gente (Museu da Amazônia). Contato eletrônico: limanmarjorie@gmail.com

3 Doutor e mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É pesquisador titular e coordenador do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). Atua em trabalhos inter e multidisciplinares no contexto pan-amazônico, relacionando passado-presente e cultura-natureza, além de coordenar pesquisas e atividades na área de extroversão do conhecimento científico em comunidades tradicionais e escolas públicas/privadas. Contato eletrônico: eduardo.tamanaha@gmail.com

## Abstract

This paper discuss about the appropriation of archaeological objects by riverside children in the Amazonian context, their excellent selection of artifacts ended up creating a local collection. Now a days, this collection is kept at the “Voz da Selva Community Radio”, in Boa Esperança community, located in the Amanã Sustainable Development Reserve, in Amazonas State, Brazil. Considering the way that families deal with those objects, as a constant process of approximation with the memory of other times, we point out challenges for the management of Archaeological Heritage and for the musealization of Archaeology. Due to the capillarity of archaeological materials in community life, we present the notion of kin-making collection, which reinforces the connection of these assemblages with people and their life experiences, expanding the educational dimension of archaeological heritage.

## Keywords

kin-making collection; community collection; heritage management; amazonian archaeology; riverside community.

## Introdução

Os trabalhos arqueológicos com e para comunidades tradicionais no contexto amazônico têm contribuído para a evidência de muitas noções sobre as materialidades que compõem os sítios arqueológicos. Muitas vezes, as comunidades também formam coleções, especialmente conectadas pelo tempo da memória. Essas percepções se justapõem, friccionam-se na forma como são compreendidas entre diferentes tempos e com a longa duração, indicando, assim, temporalidades que coexistem, isto é, a multitemporalidade (HAMILAKIS, 2011), que é mais forte ainda no contexto latino-americano devido à muitas outras ontologias (CUSICANQUI, 2010). Este artigo propõe uma reflexão a partir das formas locais de compreender a materialidade de sítios arqueológicos e a formação de coleções na Amazônia, assim como as contribuições que essas relações trazem para a gestão do patrimônio arqueológico. No contexto de pesquisa no médio rio Solimões, as famílias imersas nas especificidades das comunidades tradicionais têm nos indicado o processo de familiarização com as materialidades arqueológicas, assinalando que as coisas também se tornam parentes, formando coleções parentes (SILVA, 2022b).

Partimos da ideia de que a gestão do patrimônio arqueológico pode praticar formas de registrar e documentar essas relações para que elas componham os acervos de instituições de guarda brasileiros e os arquivos locais das comunidades, formando histórias familiares e regionais. Nessa direção, as coleções também podem contribuir para a valorização de saberes tradicionais, que estão em constante transformação. Acreditamos que esse movimento expande a socialização do patrimônio arqueológico e cultural e a socialização da vida comunitária.

Neste artigo, apresentamos o contexto de pesquisa, com foco em Boa Esperança, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS Amanã), tratando de suas a materialidade arqueológica faz parte de suas vidas; o processo de formação dos conjuntos de brinquedos de crianças; a sua posterior transformação em coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva; os desafios da sua guarda, mediante as dinâmicas da vida em comunidade, que nos sugere o conceito de coleção parente e, por fim, algumas possibilidades de gestão desses materiais<sup>4</sup>.

4 Essa reflexão é um desdobramento da pesquisa de doutorado realizada entre 2017 e 2022 realizada em parceria com o IDSM e as comunidades ribeirinhas (SILVA, 2022).

## Contexto de pesquisa

O colecionismo possui um caráter universal, dadas as suas particularidades, mas o ato de juntar coisas, classificá-las e atribuir-lhes significados ocorre em diferentes localidades a partir de práticas específicas e como formas de organização do mundo (LOPES, 2010: 384; GNECCO; LANGEBAEK, 2013). As coleções estão na base da estruturação dos museus, e o desenvolvimento da arqueologia no Brasil como área científica também está implicado com as instituições museais (FERREIRA, 2007; MORAES WICHERS, 2010). Nas reservas técnicas brasileiras, é comum encontrar as chamadas “coleções sem proveniência”. Tais conjuntos são denominados dessa forma por não terem passado pelo olhar especializado de cientistas ou por serem objetos sem a documentação adequada, o que gera um grande contingente de materiais<sup>5</sup>. Muitas vezes, elas são formadas e doadas por pessoas em suas atividades cotidianas, e os materiais acabam sendo vistos como marginais em relação à composição científica/museal, que acaba por apagar as histórias das pessoas. Esse caráter contribui para que tais coleções não sejam mobilizadas pelas pesquisas. Por outro lado, a crise curatorial na arqueologia tem mostrado o desequilíbrio entre a produção contínua de coleções por meio das escavações e a falta de procedimentos de salvaguarda, como fundos para promover a acomodação correta, acesso, análise, conservação, entre muitos outros cuidados (VOSS, 2012:146). Esse problema se acirrou com o avanço da arqueologia preventiva e a necessidade de salvamento dos sítios, gerando coleções pouco estudadas e não divulgadas para o grande público.

Diante desse cenário, apresentamos a história de formação de uma coleção arqueológica comunitária, ou uma coleção parente, como argumentamos mediante as especificidades locais, que está guardada na Rádio Comunitária A Voz da Selva, na comunidade ribeirinha de Boa Esperança, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS Amanã), no médio curso do rio Solimões. Esse trabalho está relacionado com as nossas pesquisas, realizadas em parceria com o Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS), localizado na cidade de Tefé, Amazonas. A coleção foi formada por crianças por meio de uma prática próxima de colecionamento, e não colecionismo, como defende Bezerra (2018), ao longo dos anos 2000. Nesse sentido, a história dessa coleção possui muitos meandros potenciais para refletirmos sobre os processos de musealização da arqueologia no país (BRUNO, 2014; 2020).

Ressaltamos a necessidade desse tipo específico de coleção permanecer em suas comunidades de origem, pois são partes constitutivas das histórias e experiências de vida das famílias ribeirinhas, configurando-se como objetos parentes, coleções parentes. Esses arranjos entre pessoas e coisas arqueológicas indicam novos caminhos para compor o próprio patrimônio arqueológico por meio de novas práticas. Como discute Fabian (2010), refletir sobre os itinerários e histórias de vida de coleções aponta para um caminho promissor na sua compreensão e na formulação de novos conceitos. Da mesma forma, a retirada de objetos realizada pela arqueologia, mesmo com toda a preocupação e ética nas pesquisas, ainda pode se configurar como uma forma de “roubo” de histórias, pois, ao serem levados para os laboratórios e reservas, deixam de se relacionar com as pessoas e de contribuir para a produção de mais narrativas (MACHADO, 2021:19). Como discute Pereira

5 Esses materiais sem proveniência em muitas instituições museais acabam tendo um uso cultural e educacional por meio da criação de materiais educativos mobilizados por um público bem amplo, democratizando assim o acesso ao toque.

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas histórias de uma coleção parente

(2019), a retirada dos materiais arqueológicos das comunidades para serem pesquisados em laboratórios e salvaguardados em reservas fechadas e escuras, são muitas vezes entendidas pela população como roubo. Dessa forma se faz necessário a implementação de processos de aproximação com as famílias e novas práticas para que possamos estreitar essas relações.

A história do Lago Amanã e do médio Solimões em geral contada pela arqueologia começa há cerca de três mil anos (COSTA, 2012: 111; LIMA, 2022); suas águas e margens foram amplamente ocupadas e os muitos vestígios cerâmicos indicam um processo de troca de saberes e tecnologias (GOMES, 2015); seus povos consumiam muitas frutas e alimentos da floresta que ainda hoje as comunidades ribeirinhas apreciam (CASSINO et al., 2018); suas ocupações mais antigas têm mostrado uma complexa maneira de habitar e transformar seus territórios (LIMA, 2022); os muitos vasilhames que afloram pelas comunidades têm ampliado as discussões sobre a salvaguarda do patrimônio e a sua conservação *in situ* (LIMA, 2016; 2018). Estes são alguns aspectos, entre muitas outras discussões que buscam olhar para a história do médio Solimões e suas conexões com o presente, seja na área das reservas, seja no próprio centro urbano de Tefé (AMARAL; ROSA; CASSINO, 2020; ARAUJO; LIMA; TAMANAHA, 2020; BELLETTI, 2015; GOMES, 2019; LOPES, 2018). Atualmente, o IDSM também tem investido fortemente em ações de socialização com a produção de materiais de divulgação e cursos para professores/as, coordenadas pela pesquisadora Karina Nymara Brito Ribeiro.

Ao trabalharmos em uma perspectiva de colaboração, demandada pelas famílias ribeirinhas que fundaram as comunidades a partir da década de 1980, especialmente imersas nas relações locais de autoajuda e compadrio, podemos perceber uma anterioridade com as coisas (SILVA, 2022). Como discutem Criado-Boado e Barreiro (2013: 6), o patrimônio existe agora, mas nem sempre existiu, pois é um fenômeno moderno, relacionado à um sentimento de perda e da necessidade de preservação coletiva, entretanto a memória, os laços de identidade e pertencimento mobilizados pelas comunidades são elementos anteriores a modernização das sociedades. Essas relações evidenciam como nossas histórias arqueológicas de quase três mil anos facilmente interagem, justapõem-se, com as histórias produzidas pela experiência de vida e pelas memórias desses sujeitos históricos enraizados em seus territórios, especialmente ao mobilizarem narrativas marcadas pelo tempo dos seringais e dos padrões, e pelo tempo atual do se tornar comunitário (ALENCAR, 2009).

Nesses ricos contextos, compreendemos que os objetos arqueológicos são atravessados também pela categoria de objetos etnográficos, sendo que não cabe mais a mobilização da categoria de “objeto sem proveniência”, pois eles possuem origem na vida local. Pudemos trabalhar e aprender com famílias da comunidade de Boa Esperança, localizada na RDS Amanã, que está situada sobre um sítio arqueológico com a estimativa de 30 hectares de extensão, com mais de três mil anos de história (COSTA, 2012; LIMA, 2022). Essa convivência das famílias com os sítios arqueológicos e sua materialidade, que é algo amplamente estudado pela arqueologia amazônica, possibilita de forma constante a produção de memórias, assim como um processo de familiarização com os vestígios arqueológicos, que saem de um domínio do desconhecido para objetos que reforçam o devir comunitário, ribeirinho, arigó, entre muitas outras alteridades. Compreendemos que a importante relação de compadrio, de criar parentes não consanguíneos, que marca as comunidades ribeirinhas por meio da autoajuda, a partir da década de 1980, também ocorre com as coisas arqueológicas; elas se tornam parentes.

Dessa forma, nossos conhecidos fragmentos arqueológicos, localmente classificados em muitas categorias arqueológicas, para as famílias também são coisas que reafirmam seus laços com o lugar e com suas posicionalidades, uma visão que escapa às nossas noções e, ao mesmo tempo, nos ensina novas percepções. Esse rico cenário de interações e produções de narrativas com a materialidade arqueológica nos convida a entender as coleções em outro patamar. Podemos, inclusive, inspirar-nos nas reflexões sobre as coleções etnográficas, pois elas apresentam formas de visualização das ideias e interesses em voga no momento de sua formação (VANVELTHEM, 2012: 54). As coleções formadas por diferentes famílias em muitas localidades do país possibilitam que olhemos, sobretudo, para as histórias de vida entrelaçadas com as do lugar.

Esse processo alarga a corriqueira história de longa duração indígena produzida pelos nossos aparatos científicos, levando-a para o tempo da memória, que nos relembra que ela é permeada por distintos ritmos e velocidades. Ao compreendermos que toda pesquisa arqueológica também gera um problema museológico, conforme discutido por Camila Moraes Wichers (2010), nos perguntamos: como a gestão dos acervos e do patrimônio arqueológico pode também lidar com a multitemporalidade das coisas arqueológicas e das suas histórias não lineares? A multitemporalidade da comunidade de Boa Esperança.

A comunidade Boa Esperança está localizada na RDS Amanã, no lago de mesmo nome, via principal da reserva. Boa Esperança possui média de 71 domicílios, onde estima-se que habitem atualmente 300 pessoas (NASCIMENTO, 2019: 97). Esses números tornam Boa Esperança a maior comunidade ribeirinha da RDS Amanã, que segue em processo constante de crescimento.

Prancha I: Imagens da comunidade Boa Esperança na RDS Amanã



Fonte: A- João Paulo Borges, 2012. B- Marjorie Lima, 2017. C- Silvia Cunha Lima, 2017.

Ela foi formada por pessoas migrantes do rio Juruá, na segunda metade do século XX, que buscavam alternativas de vivência na Amazônia frente ao declínio da economia da borracha. As primeiras famílias passaram a ocupar essa terra de ponta alta em 1988, marcada pela presença de uma grande samaúma<sup>6</sup>, até hoje lembrada. A ocupação dessa nova área ocorreu porque as pessoas estavam “desgostosas” com a localidade do Juá Grande, também no lago, que possuía poucas áreas para o plantio devido ao regime das águas, que inundavam o terreno na metade do ano. Desta maneira, foram se mudando aos poucos, abrindo as áreas para moradias, roçados e se deparando com os materiais arqueológicos e com a terra preta de índio. Segundo o agricultor e agente de saúde, Antônio Marcelino Filho<sup>7</sup>, conhecido como Caboco,

Quando chegamo aqui, já não tinha caco. Não tinha não. Não tenho lembrança que a gente tinha esses caco não. Ai a gente começou a limpar e foi descobrindo. Às vezes o pessoal falava, é... assim, os mais antigos falavam que diz que era cemitério de índio. A gente achava muito grande pra ser um cemitério, né. Tinha casa dali lá pelo Bom Jardim, então só se fosse assim uma cidade pra ter esses caco todo, né. (Antônio Marcelino Filho).

O processo de criação da comunidade, com a construção das moradias, da capela, da sede comunitária, do campo de futebol, da casa de farinha e dos roçados, que caracteriza o modo de vida ribeirinho, foi desvelando milhares de materiais arqueológicos, que aos poucos foram sendo significados pelas memórias e experiências das famílias. O movimento de se tornar comunitário a partir da década de 1980, marcado pela atuação da Prelazia de Tefé, com o Movimento de Educação de Base (COELHO, 2022; NASCIMENTO, 2019) e das comunidades eclesiais de base, inspirados pela Teologia da Libertação (BOFF; BOFF, 2001; LOWY, 2000), ocorreu em comunhão com esses materiais. Dessa forma, os fortes vínculos de compadrio e autoajuda, que marcam esse momento, em certa medida também foram lançados para os materiais arqueológicos, em um processo de familiarização, de trazer para o universo do cognoscível. Essa relação nos leva a pensar em objetos parentes, pois esses mesmos objetos arqueológicos remetem às histórias de vida das próprias comunidades em um processo de aproximação com a sua vida, trazendo-as para perto, seja na forma de brinquedos, de objetos que as mulheres da família produziam nos seringais, seja no modo de nomear os materiais arqueológicos (SILVA, 2022b). Assim, esse processo pode se mesclar às nossas concepções arqueológicas, fomentando as noções não lineares de tempo e reforçando a porosidade das coisas, das coleções e dos acervos que produzimos e salvaguardamos em nossas instituições.

Neste ano de 2023, faz 22 anos que a comunidade de Boa Esperança recebe a presença de arqueólogos/as interessados/as na história local. Ao longo desses anos, a área de arqueologia cresceu exponencialmente e se consolidou dentro do IDSM. Quando esta pesquisa chegou à comunidade pela primeira vez, em 2016, sabíamos que trabalhos anteriores nos haviam precedido e, ao mesmo tempo, que a comunidade já fazia parte das nossas memórias ao acompanharmos os trabalhos desenvolvidos por Maria Tereza Vieira Parente, Bernardo Lacale e Jaqueline Gomes (COSTA, 2012; GOMES, 2015). Muitas ações foram desenvolvidas, e nós, como

6 Samaúma é uma árvore de florestas tropicais, muito comum na floresta Amazônica, pode chegar a 70 metros de altura. As pesquisas arqueológicas têm indicado a relação dos povos indígenas como as plantas em um rico processo de relações e construção de paisagens significativas, marcadas pela presença de determinadas espécies (CASSINO *et. al.* 2020).

7 Esses parceiros concordaram em fazer parte deste trabalho. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IDSM, ligado ao Sistema da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), obtendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética n. 01878918.2.0000.8117.

sujeitos marcados pelo elemento de exterioridade, os de fora, também passamos a ser lidos nessa rede de uma família arqueológica que nos indica caminhos para a compreensão de como a nossa área vem sendo apropriada localmente e de quais marcas deixamos.

Foto 1: Primeiras pesquisas arqueológicas na comunidade de Boa Esperança, RDS Amanã, em 2001.



Fonte: Eduardo Góes Neves, 2001.

A chegada da arqueologia em Boa Esperança foi fomentada pelo interesse das pessoas que a habitavam nos anos 2000, mobilizadas pelo potencial do uso turístico dos vestígios arqueológicos. Trata-se de um lugar significativo e especial para os povos indígenas do passado e para as populações ribeirinhas do presente. A comunidade também é marcada pelo conjunto de mais de 100 “bocas” de vasilhas que afloram e compõem os caminhos e terreiros da comunidade (LIMA, *et al.*, 2021). Nossos trabalhos em Boa Esperança demonstram que o sítio arqueológico é formado por um contexto arqueológico bastante complexo, cujos vestígios indicam ciclos de ocupação e reocupação dos espaços. A partir de 700 a.C., este lugar tem os primeiros indícios de ocupação humana, marcado por fogueiras com vestígios carbonizados de diferentes palmeiras. A esse período estão associadas cerâmicas conhecidas na região como complexo Amanã, o que temos sugerido ser parte de contextos bastante heterogêneos e antigos presentes na Amazônia e ainda pouco compreendidos, como aqueles encontrados no alto curso do rio Madeira (KATER, 2020; LIMA, 2022).

Nesse mesmo período, surgem as primeiras evidências de outras cerâmicas distintas dessas primeiras, as cerâmicas associadas à Tradição Pocó, uma tradição arqueológica de caráter pan-amazônico, presente em diferentes trechos do rio Amazonas-Solimões e que indica marcar um processo humano intenso de ocupação e marcação de lugares e territórios. Nesse período, há uma intensificação das áreas de uso e circulação de Boa Esperança (como também dos lagos Amanã, Tefé e das várzeas do médio Solimões), traçando uma história que indica compartilhamentos nos modos de fazer da cerâmica, sendo chamada de fase Caiambé, associada à Tradição Borda Incisa. Junto a esse período, também foram identificadas cerâmicas da fase Tefé, essa já associada à Tradição Polícroma da Amazônia, outra tradição

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas  
histórias de uma coleção parente

arqueológica de grande expansão nas terras baixas da Amazônia. Embora separadas pela classificação arqueológica, esses contextos falam sobre uma história espaço-temporal em Boa Esperança, onde há muita diversidade nas formas de ocupar o lugar no qual hoje está a comunidade, capaz também de conectar as paisagens arqueológicas à forma atual de transformar o espaço. É importante ressaltar que não se trata de uma linha contínua de usos e ocupações, mas, ao contrário, de um lugar acessado, ocupado e transformado de diferentes formas ao longo do tempo, o que lhe deu um significado particular na história regional.

Essa presença contínua de fragmentos cerâmicos ao longo das décadas gerou muitas interpretações locais, que nos convidam a ampliar e a inverter o clássico modelo museológico da salvaguarda e da comunicação do patrimônio arqueológico, dinamizado pelas pesquisas, pois existe uma anterioridade da presença arqueológica, fortemente marcada pelo processo de agência dos materiais nas comunidades. Os vestígios arqueológicos são apropriados e articulados com as memórias por meio da diferença, afirmando a sua posição e as suas marcas nas perspectivas da alteridade (GOMES, 2016). Segundo Barreto (2020), alguns objetos repletos de agentividade, simbólicos e culturalmente sensíveis devido à sua forma, estilo e iconografia podem ser considerados objetos resistentes, mais suscetíveis a reapropriações ao longo do tempo, como os pertencentes à Tradição Polícroma da Amazônia (TPA), sendo a cultura Marajoara seu maior exemplo. São objetos que tiveram um papel central no passado e ainda atuam de muitas formas. Os vestígios arqueológicos de partida comunicam, sem a nossa presença, especialistas do patrimônio, e nos evidenciam o amplo campo da multitemporalidade dos materiais e territórios. Da mesma forma, colocam desafios para a gestão, especialmente para a incorporação dessas narrativas em nossos processos de salvaguarda.

Essas leituras passam pelos complexos processos de alteridade, pois as pessoas se reconhecem de muitas formas, como beradeiros/as, amazonenses, da maloca, indígenas, caboclos e, especialmente em Boa Esperança, como arigós. Esse último termo começou a ser utilizado com a chegada dos/as primeiros/as migrantes do sertão nordestino para trabalharem nos seringais (LIMA, 2009). As populações amazônicas assim os/as chamavam, de forma depreciativa, pois eram pessoas que não sabiam lidar com a mata e com as especificidades locais, também devido ao sotaque e às diferentes formas de denominar as mesmas coisas. Boa Esperança é marcada como a comunidade dos arigós no Lago Amanã, onde as atuais lideranças são a segunda e a terceira geração da onda migratória nordestina. Esta ancestralidade nordestina é atualmente uma marca de orgulho da alteridade local.

Ao mesmo tempo, o modo de vida enraizado nas especificidades amazônicas fornece muitas janelas interpretativas para os materiais arqueológicos. Eles são compreendidos de muitas formas; destacamos algumas. São lidos como o cimento que estrutura e segura a comunidade, pois, se alguma família os retira de seu terreiro, para ficar mais fácil de limpar, com o tempo o solo sofre fortes processos de erosão e a comunidade vai afundando. Esta é uma percepção prática e estrutural do material arqueológico, que também abre a possibilidade para metaforicamente aprofundarmos a ideia do enraizamento do patrimônio localmente. As pessoas mais velhas nomeiam as diferentes tipologias de cerâmicas arqueológicas como alguidar, “alguidá”, pois elas remetem à mesma cerâmica que as avós, mães e tias produziam nos seringais (2022a). Os materiais são, ao mesmo tempo, vestígios arqueológicos de tempos remotos e pedaços de alguidares, uma tipologia multiuso que chegou ao Brasil via colonização e, posteriormente, adentrou os seringais da Amazônia. Aos poucos, essa tipologia cerâmica foi sendo substituída pelas bacias de plásti-

co e panelas de alumínio, resistindo atualmente nas memórias dessas pessoas. Os fragmentos cerâmicos também remetem aos potes dos antigos, como o camburão para armazenar água e a bilha d'água, entre muitas outras leituras. Essas evocações direcionam para uma arqueologia sensível (LIMA, 2019), comprometida com as pessoas e/ou com uma arqueologia que potencialize as relações familiares com a constituição do lugar e para a compreensão do passado.

Ilustração I: Mulheres lavando os alguidares na beira do rio.



Fonte: Carolina Itza, 2021.

O tempo da longa duração arqueológica difundida por nós profissionais da arqueologia também gera estranhamentos, encantamentos e suspeitas, especialmente devido à formação de base cristã das famílias, pois elas nos interrogam como um material pode ter uma temporalidade de mil anos anterior ao nascimento de Cristo. Para além dessa noção, a comunidade está imersa em uma percepção cíclica do tempo (ALENCAR, 2009), que organiza a sua própria história em alguns momentos, como o tempo do patrão e o tempo das comunidades. A maneira como as pessoas lidam com os processos de historicidade coloca em questão como a arqueologia percebe os vestígios, de modo marcado pela noção ocidental e colonial do tempo, por um passado que se foi, por um presente que revela essas materialidades e um futuro que está por vir, que se concretiza em categorias como “pré-histórico”, “pré-colonial” etc. (HABER, 2012: 6). Nessa perspectiva, a linha do tempo é um vetor que projeta o tempo entre o passado, o presente e o futuro, sendo que seu ponto de origem é o Ocidente.

O processo de significação da materialidade arqueológica ocorre em muitas localidades do Brasil. O interior do Estado de Rondônia traz um exemplo amazônico: a região passou por uma desastrosa colonização de não indígenas, que, a partir da década de 1960, impulsionada pelo regime militar, levou milhares de migrantes de diferentes regiões do país, especialmente do Sul e do Sudeste. Esse processo trouxe muitos problemas ambientais e sociais para os povos da floresta e chamou a atenção mundial para a implantação da BR-364. Encontrar materiais arqueológicos como lâminas de machado, fragmentos cerâmicos e gravuras rupestres foi como um “erro de programação” na política de incentivo governamental para a ocupação

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas histórias de uma coleção parente

da Amazônia por povos migrantes (SILVA, 2015). Como em outras regiões da Amazônia, Rondônia foi vendida como terra virgem, intocada, onde se viam verdadeiros vazios demográficos que deveriam ser ocupados e tornados produtivos, entretanto, a população se indagou “o que seriam esses materiais?”, sem abordar o processo de extermínio dos povos indígenas que se encontravam por essas áreas. Esses re-encontros promoveram muitas ações, como as interpretações das mais variadas, assim como o colecionamento de material arqueológico, que levou posteriormente à construção do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

No conjunto de histórias de vida de alguns/as migrantes do interior de Rondônia, a formação de coleções pelos/as agricultores/as geralmente aparece relacionada com a escolha de materiais “bonitinhos”, “ajeitadinhos”, devido a algum design chamativo da peça. Essas apropriações também ocorriam por meio do reconhecimento da sofisticação de um trabalho empregado em sua produção, que podemos compreender como um processo análogo ao curatorial. No centro leste de Rondônia, existem muitas leituras, como a correlação das lâminas de machado com efeitos da natureza, como as famosas pedras de raio; interpretações dos objetos por meio da ótica cristã, devido ao crescimento neopentecostal; associação das gravuras rupestres com o tempo das pedras moles, em um tempo imemorial; as histórias da mãe do ouro, que por meio de uma luz indicaria as botijas repletas de riqueza; entre outras. José Garcia, professor da região, enfatiza:

Eu até costume falar, aquele agricultor que conseguiu olhar aquela peça no meio da pedra e viu que tinha trabalho humano que era diferente, ele tem um conhecimento fenomenal. Tanto que ele trouxe para casa, ele guardou. Então, ele vê a importância daquele objeto. José da Silva Garcia (SILVA, 2015).

A identificação da excepcionalidade de algumas características dos materiais atravessam diferentes grupos sociais. Devido à alta presença de sítios arqueológicos nas comunidades amazônicas e seus entornos, essas relações se ampliam. O desafio atual é justamente fazer com que essas noções também adentrem o campo arqueológico e sejam mobilizadas nas pesquisas, para que possam contribuir com as noções e formulações de conceitos entre as pessoas e os materiais arqueológicos. O processo de significação é crescente e espiralado.

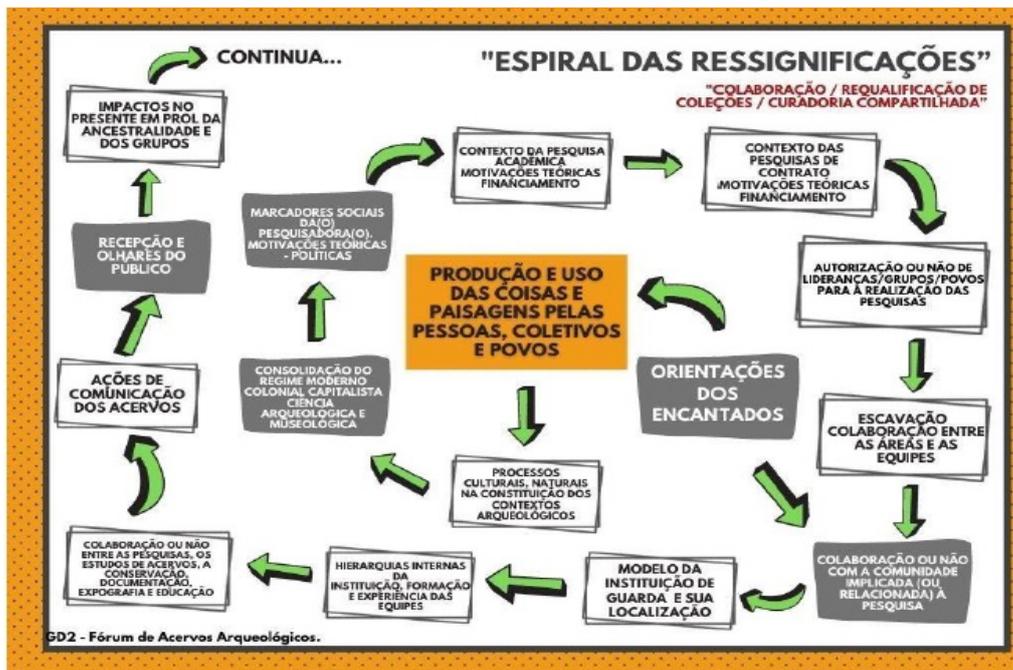
O conceito de “espiral<sup>8</sup> das ressignificações” da materialidade, criado no âmbito do Grupo de Discussão 2 do Fórum de Acervos Arqueológicos em 2021,<sup>9</sup> é uma boa síntese das complexas relações, significações e ressignificações por que os objetos passam ao longo de suas histórias de vida (Figura 1). Esse movimento acompanha um debate mais amplo que reflete sobre formas nativas e locais de compreensão do mundo, no qual as ontologias locais são também formas de enfrentamento à dominação colonial (CUSICANQUI, 2005; QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013). Muitas vezes, essas perspectivas coexistem e se refazem na vida diária, formando não uma história com hibridismos, mas perspectivas nas quais elementos de diferentes momentos da história surgem incorporados às políticas dos povos e coletivos tanto individuais quanto coletivos. Mais recentemente, a arqueologia tem descentrado suas narrativas para que outras também possam coexistir e,

8 A ideia de espiral das ressignificações foi inspirada na organização do tempo cíclico dos Guarani Nhandewa, segundo a qual o que aconteceu no passado continua influenciando o presente ativamente.

9 O Fórum de Acervos Arqueológicos é organizado pelo Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) em conjunto com a Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE). Sua primeira edição ocorreu em 2017 na cidade de Ouro Preto. Ele reúne profissionais de todo o país para debater diferentes temas inerentes aos acervos arqueológicos.

especialmente, adentrar os espaços de interpretação e gestão. Trata-se de um convite para uma autocrítica do tempo linear ocidental da arqueologia, do patrimônio e dos museus tradicionais, que ainda perduram em nossas interpretações. A visão arqueológica é somente mais uma, dentre muitas outras, onde diferentes regimes de conhecimento e saber podem dialogar, sem sobreposições. Nesse processo, não estamos abrindo mão da ciência, mas reforçando que ela está a serviço do conhecimento e que existem muitas outras formas de saber, percepção que nos possibilita abrir o processo científico em suas incertezas (MARRAS, 2016).

Ilustração 2: Espiral das Resignificações do Fórum de Acervos.



Fonte: Elloá de Souza Lima e Maurício André da Silva, 2021.

Para além dessas muitas relações que as comunidades estabelecem com os vestígios arqueológicos, gostaríamos de destacar neste artigo a formação de coleções arqueológicas em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Nesta região, onde as pessoas têm uma estreita relação com elementos da floresta, é comum que vestígios arqueológicos sejam encontrados pelas enxadas na roça, ao se tropeçar em um pedaço nos caminhos da comunidade ou ao chamar atenção das crianças, que os coletam e, muitas vezes, os abandonam (BIANCHEZZI, 2021; LIMA et al., 2021). Segundo Troufflard (2012), o ato de coletar objetos arqueológicos geralmente é relacionado às redes familiares e ao período da infância no contexto amazônico.

O olhar de crianças, professores/as, autodidatas e pesquisadores/as têm uma sinergia diante da vontade de tornar palpável o mundo, por meio da curiosidade, muitas vezes se desdobrando em processos de investigação (SILVA, 2022a). Assim, a formação de coleções pode ser entendida como uma prática relacionada aos ciclos de vida, com uma íntima relação com o período da infância, e ser continuada de diferentes formas em outras fases da vida (LOPES, 2010). Segundo Bezerra (2016), as pesquisas acadêmicas têm considerado pouco o papel e o lugar dos objetos indígenas de longa duração no cotidiano de segmentos sociais como agricultores, ribeirinhos, pescadores, artesãos, entre outros, especialmente em relação ao segmento das crianças. Walter Benjamin dedicou alguns de seus textos à

figura do/a colecionador/a e à criação de coleções pelas crianças. Segundo ele, para uma criança, qualquer objeto, como uma flor coletada, uma pedra etc., já se torna o início de uma coleção e, dessa forma, os objetos são retirados de uma dimensão utilitária e inseridos em outras redes de sentidos (BENJAMIN, 1987; 2002; 2009).

## De brinquedos à coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva

A Rádio comunitária A Voz da Selva atuou difundindo informação e cultura no lago Amanã durante muitos anos. Sua sede abrigou e abriga uma expressiva coleção arqueológica formada por três crianças a partir dos anos 2000, cujo debate nos mobilizou neste artigo. Esse conjunto de materiais e a maneira como foram guardados colocam muitas questões sobre os processos de gestão do patrimônio arqueológico e da própria musealização em amplo sentido. O espaço de radio-difusão foi criado em 2006, com o foco na disseminação de notícias locais e na promoção da cultura e do lazer para as comunidades do lago, como a realização de convites para torneios de futebol e festejos (FIGUEIREDO, 2009). Teve à sua frente a liderança e comunitário Antônio Francisco da Silva Batista<sup>10</sup> (*in memoriam*), que foi um dos primeiros alfabetizadores em Boa Esperança, formado pelo MEB, em que o rádio funcionava como um importante instrumento a favor do ensino.

As escolas radiofônicas utilizavam o sistema radioeducativo e estavam vinculadas a uma determinada diocese. Após a formação de lideranças comunitárias nas cidades, esses agentes estavam aptos a desenvolverem a alfabetização com os/as adultos/as, geralmente no período noturno, após uma longa jornada de trabalho. Esse sistema também promovia campanhas para o bem-estar, o desenvolvimento comunitário, a animação cultural, assim como a formação política (FÁVERO, 2006, p. 137). Nos contextos interioranos, especialmente na Amazônia, o rádio foi crucial para o fortalecimento comunitário e para o processo de autonomia das famílias diante das adversidades da vida. Portanto, esse espaço possui uma enorme força simbólica sobre as experiências de vida para a superação das dificuldades e atualmente abriga as coleções arqueológicas.

A coleção de A Voz da Selva foi formada pelas crianças Antônia Rosilene Biático Mendes, conhecida como Rosinha, que atuou como professora na Escola Municipal Prof. Cristiano Tramontin, escola polo educacional do lago Amanã; Antônia Rosely Maciel da Silva e Daiane Sousa Reis. Atualmente, as três crianças são jovens adultas que têm em média 20 anos. Quando crianças, as três saíam pela comunidade de Boa Esperança brincando com os fragmentos cerâmicos, realizando seleções e curadorias<sup>11</sup> daqueles objetos mais chamativos, permeadas pelo universo infantil de descoberta e classificação do mundo. Segundo Rosinha:

A Daiane nasceu aqui, eu cheguei aqui com dois anos. Eu acho que eu deveria ter no máximo uns seis aninhos, por aí. Seis, sete aninhos, no máximo. A gente era muito pequeno. E aí a primeira carinha de gatinho que eu achei foi naquela casa de farinha ali, ó. E justamente essa casa de farinha aí, há muitos anos atrás, ela era outra, né Daiane? Mas só que era no mesmo lugar. Eu lembro que a gente estava sentada bem do lado assim do banco, ela levou a gente pra lá, a gente foi escavar um negócio lá que ela tinha achado... e aí eu tava atrás de goiaba. Aí eu

10 Devido ao seu falecimento, a Rádio continua fechada e seu funcionamento é incerto.

11 Concordamos com Cury (2020), que entende curadoria como um conjunto de ações interligadas, que envolve muitos agentes como curadores/as, profissionais de museus, pesquisadores/as, educadores/as, conservadores/as, entre tantos outros; assim como os visitantes; agentes representados pela temática explorada no museu, como os indígenas e os encantados que por meio dos pajés atuam nesse processo, entre muitos outros.

desce né, fui atrás da goiaba e aí eu vi a carinha. Aí eu ajuntei, aí eu... ela mesmo pegou a carinha, lavou e tinha umas coisinha assim do gatinho, sabe. (Antônia Rosilene Biático Mendes).

Essa cara de gatinho é a forma de se referir ao material arqueológico modelado da fase Caiambé, associada à Tradição Borda Incisa, cujas datações no Lago Amanã apontam para sua circulação entre 600 d.C. e 1000 d.C. A esse período também está associado o aumento da produção de Terra Preta de Índio e das aldeias no passado. As técnicas modeladas e incisas nessa cerâmica são como uma marca da Tradição Borda Incisa, características vistas em outras áreas da Amazônia onde ela ocorre. A Tradição Borda Incisa e a fase Caiambé têm representações de aves, répteis da região e pessoas estilizadas ou seres mais que humanos, seres em transformação entre pessoas humanas e animais. Essas características, supomos, tornam-na um atrativo ao colecionamento comunitário atualmente, marcando uma prática vista em vários locais da floresta.

Foto 2: Objetos arqueológicos modelados da Fase Caiambé da Rádio Comunitária A Voz da Selva.



Fonte: Maurício André da Silva, 2019.

Ao caminharmos pela comunidade Boa Esperança, encontramos o afloramento de muitos vestígios modelados. Estima-se, ainda, que a maior parte das vasilhas expostas no chão da comunidade esteja relacionada à fase Caiambé. Com o regime das águas na Floresta Amazônica, que sobem mais de dez metros durante as cheias, quando as chuvas também aumentam, esses materiais são expostos na superfície da comunidade e adentram ainda mais as dinâmicas cotidianas das pessoas que a habitam, um processo também visto em outras comunidades do Lago Amanã. Em Boa Esperança, Rosinha, Antônia e Dayane comentam que sempre após as tempestades saíam pela comunidade em busca de mais brinquedinhos.

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas histórias de uma coleção parente

Fotografia 3: Vasilhas Caiambé, potes dos antigos, aflorando na comunidade de Boa Esperança, RDS – Amanã.



Fonte: Adriano Gambarini, 2017.

O movimento de procura e de achado dessas caretinhas marcou suas memórias, de forma que, atualmente, elas ainda lembram exatamente onde encontraram determinado objeto da coleção, como um maracá de cerâmica:

Aquele chocalhinho, eu desenterrei, foi ali no... bem embaixo da escada da casa da minha irmã. Aí eu... tava, tinha chovido. E aquele negocinho tava apare... eu via que aquele negócio era redondo, então eu queria... ah, a gente é curiosa, quer saber o que que é. Então eu cavei, eu peguei, mas aí eu não balancei. Aí o meu cunhado que já falou assim “Joga aqui, deixa eu ver como é”. Aí eu falei bem assim “Mas jogar vai cair no chão, vai quebrar”, “Não, não vai cair não que eu seguro”. Aí eu joguei assim, joguei assim e aquele negócio balançou. Aí ele falou bem assim “Isso é um Maracá. É ouro que tem aqui dentro”. Aí eu falei “Não, não é ouro não, eu acho que isso aqui deve ser um maracazinho de índio”, e ele começou brincar assim, balançando. Foi engraçado. Mas eu achei que alguma coisa tinha ali dentro. Achei que era um maracazinho de bebê, alguma coisa. (Antônia Rosilene Biático Mendes).

O olhar curioso de crianças sobre o amplo território ancestral de Boa Esperança possibilitou conexões entre muitos tempos, especialmente a ativação da memória da comunidade, que perpassa a memória coletiva (HALBWACHS, 2003). A ação de olhar, procurar, caçar, “curiar”, brincar, achar, imaginar, interpretar, remontar as peças e, sobretudo, contar histórias ocorreu não somente com as três crianças, mas envolveu as pessoas adultas, que em muitos casos também pregavam brincadeiras nelas. Os materiais arqueológicos mobilizados na vida comunitária já possuem um amplo aspecto comunicacional e educacional sem a nossa presença de expertises do patrimônio. Obviamente, com o nosso trabalho, ampliamos as noções e podemos criar espaços de troca entre a comunidade e conosco.

A formação da coleção comunitária não ocorreu de forma intencional, mas, aos poucos, as meninas foram juntando e guardando os objetos em suas casas, em sacolas plásticas que correntemente eram mobilizadas em brincadeiras. Da mesma forma, esse movimento insere os objetos na vida, tornando-os dinâmicos. Um movimento em que ora desaparecem, ora reaparecem, escapando das noções

de coleções tradicionais. Esse movimento de guardar também está relacionado com a nossa presença, pois, em muitos casos, podemos estimular indiretamente a escavação dos sítios (LIMA *et al.*, 2021), que nos demanda mais desafios do ponto de vista ético-profissional. Em Boa Esperança, a figura da pesquisadora Niele Peralta, do IDSM, aparece como a incentivadora das crianças para que cuidassem dos objetos. Posteriormente, com a ida de mais pesquisadores/as para a comunidade, foi propiciada a guarda dos materiais na Rádio Comunitária A Voz da Selva. Cabe ressaltar que, nas casas das meninas, os objetos não tinham um local certo para serem guardados. Segundo Rosinha:

Eu saía juntando e guardava, botava pelo ripão de casa... assim, no ripão. Mas não guardava num lugar certo. Aí, quando começou essa coisa pelo Mamirauá veio umas pessoa, aí queria ver. Eu amostrava, eles saíam falando que era importante. Mas eu não tinha noção. Aí eu saía ajuntando as sacolinha, aí foi no tempo que a Teresa apareceu, aí ela mandou um armário pra Rádio, pra gente colocar dentro. Desde aí. Aí eu começo a juntar, eu mando tudo pra cá. (Antônia Rosilene Biático Mendes).

Maria Tereza Parente atuou como colaboradora da educação patrimonial do IDSM e desenvolveu uma série de ações, deixando marcas significativas na comunidade. Sua presença se mistura às memórias locais, como sendo a pessoa que conseguiu um armário de vidro e o disponibilizou para que os objetos fossem guardados na Rádio. Embora a iniciativa tenha partido de outra pesquisadora, essa iniciativa fez com que os objetos saíssem de uma dimensão doméstica para um caráter mais público, ao serem colocados em um espaço para que qualquer pessoa pudesse vê-los.

Em suas casas, esses materiais estavam próximos da noção de tralha doméstica, memorabilia (BEZERRA, 2017), em que os vestígios arqueológicos foram apropriados como coisas estranhadas, inseridas em uma família de coisas pessoais. Como discute Silva e Gordon (2011) sobre a coleção etnográfica formada por Lux Vidal e doada para o MAE-USP, as coleções nos espaços domésticos possuem uma ampla dinâmica e, quando adentram os museus, ou seja, são musealizadas, perdem parte de sua mobilidade; dessa forma, existe a necessidade da aproximação de diferentes agentes nos processos de musealização para que os objetos continuem vivos. Como coloca Rosinha:

Na casa da minha mãe, eu tinha os cantinhos da parede e eu fazia papai pregar um monte de preguinho para colocar a sacolinha, tudinho cheio de caquinho de índio, aqueles brinquedinhos. Aí, às vezes, eu dizia bem assim... eu falava para minha irmã, eu vou espanar meus bonequinhos. Eu pegava aquelas peninhas novinha de galinha, mamãe dizia que eu acabava com as penas das galinhas dela. Eu pegava, amarrava uma tirinha e ia lá, espanava tudinho, limpava. Ia brincar com eles. (Antônia Rosilene Biático Mendes).

Os materiais arqueológicos passam pelo afeto, pelo cuidado das crianças e, nesse caso, também pelo apoio familiar, por estimular e permitir a guarda desses materiais. Outros adultos, segundo elas, teciam críticas às suas práticas, perguntavam por que elas queriam guardar barro dentro de casa. Em outras situações, colocavam medo, pois, caso coletassem as peças, o “índio” iria pegá-las à noite. Mesmo diante dessa adversidade, criaram um mundo de cumplicidade e apoio entre si, para levar adiante a curiosidade frente aos milhares de materiais que iam aflorando pela comunidade.

As três amigas nos anos 2000 foram as únicas crianças que coletaram e guardaram esses objetos. Com o passar do tempo e a notoriedade que a comunidade adquiriu para os grupos de pesquisas do IDSM, o encanto das pessoas de fora pelo movimento delas de guardarem os materiais, as peças saíram do âmbito doméstico e passaram a ser guardadas na Rádio Comunitária A Voz da Selva. Esse é um ponto importante para a reflexão, pois pela nossa interpretação, esse arranjo de objetos no âmbito doméstico, ganham a marca de coleção, uma noção nossa.

Do ponto de vista da musealização da arqueologia, essa coleção ser guardada e exposta em um espaço emblemático como a Rádio Comunitária A Voz da Selva indica caminhos potenciais para a ampliação educativa, social e cultural da arqueologia, entretanto, devido às especificidades e dinâmicas da vida, esses objetos estão imersos em outras redes de significação, que colocam novos desafios para nossos modelos de gestão na arqueologia, nacionalmente e também internacionalmente. Os objetos estão mais próximos da dinâmica da vida comunitária, que convivem cotidianamente com materiais semelhantes, do que da noção de salvaguarda e preservação, que possui um legado moderno ocidental, especialmente devido à forma como essa coleção foi formada, assim como devido à relação das pessoas com a materialidade arqueológica local.

### **A exposição pública e a guarda dos brinquedos arqueológicos na Rádio Comunitária A Voz da Selva**

Os brinquedos arqueológicos das três meninas, em meados de 2010, foram remanejados das casas de cada uma para a Rádio Comunitária A Voz da Selva. Essa movimentação das peças coincidiu com a saída do período delas da infância. Rosinha, na época, participava de um programa de formação local de jovens comunicadores/as e trabalhava na Rádio, dessa forma, guardar e apresentar os objetos neste local foi percebido por ela como uma forma de valorizar esses materiais e torná-los acessíveis, especialmente para pesquisadores/as e turistas que eventualmente chegassem na localidade. Segundo Bernardo Costa (2012), os objetos compostos por fragmentos de apliques modelados e fragmentos decorados ganharam um caráter expositivo e outras pessoas que visitavam a comunidade puderam ter acesso a eles. Os materiais saíram das sacolas plásticas de suas respectivas casas e foram organizados no armário de vidro doado para a comunidade.

O movimento da arqueologia, nesse caso, foi de registrar esses materiais, classificá-los e buscar uma forma de conciliar o olhar arqueológico e o das meninas que o formaram. O trabalho de reorganização do material foi realizado com as três garotas e manteve a origem de quem criou a parte de cada coleção. Essa nova disposição dos objetos comunicava sobre a arqueologia local, mas também funcionava como um diário secreto de suas colecionadoras. Nas coleções, há uma personificação das coisas, constituindo-se em objetos biográficos que possibilitam a reconstituição memorialística do grupo doméstico na construção, ainda em processo do mundo do colecionador (MARQUES; HILBERT, 2012: 74). Todas elas não tinham noção de que estavam colecionando materiais arqueológicos, mas eles compunham um conjunto de brinquedos. Entretanto, podemos aproximar esse ato do colecionamento, que forma coleções especialmente marcadas pela dimensão do afeto das pessoas com as coisas. Ao tomarmos uma definição possível de coleção para a museologia, temos um conjunto de objetos que podem ser materiais ou imateriais, das mais distintas especificidades, que alguma pessoa ou instituição se responsabiliza em reunir, classificar e selecionar (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013: 32). Nesse

sentido, as jovens, desde a infância, se responsabilizaram por reunir determinados objetos da comunidade, classificando-os em muitas categorias de animais e seres da região, ou seja, esses objetos eram zelados.

Os brinquedos arqueológicos tiveram a sua guarda na Rádio e o seu acesso ocorria sobretudo com a presença de Antônio Batista e de Rosinha ou de outros jovens que abriam e mostravam o espaço. Na etapa de pesquisa arqueológica realizada em 2017, que remontou os trabalhos arqueológicos em Boa Esperança após um hiato devido à falta de recursos, percebemos que o armário de vidro não existia mais e que os objetos arqueológicos haviam sido colocados em prateleiras de madeira, ao lado de outros objetos da Rádio. Segundo a comunidade, devido à grande enchente de 2015, o móvel estragou. Aos olhos da salvaguarda, essa nova disposição poderia escapar aos parâmetros adequados de acondicionamento, entretanto, aproxima-se da maneira como, muitas vezes, as coleções arqueológicas são encontradas nas casas de comunitários/as pela Amazônia. Nesse sentido, esses mesmos objetos escapam das noções de gestão arqueológica das instituições museais, embora estejam inseridos nas dinâmicas da vida.

Fotografia 4: Guarda do material arqueológico na Rádio Comunitária A Voz da Selva.



Fonte: Maurício André da Silva, 2017.

Em outra atividade de pesquisa, desta vez em 2019, retornamos a Boa Esperança e visitamos a coleção da Rádio. Os objetos nesse momento ocupavam somente uma estreita prateleira de madeira, enquanto os demais haviam sido postos em uma saca de farinha. Segundo a comunidade, precisaram da madeira para outra finalidade, e os materiais tiveram que ser realocados. Nesse período, a Rádio ficou fechada, pois Antônio Francisco precisou ir morar na cidade de Tefé por questões de saúde. Nessa ocasião, convidamos Rosinha, Daiane e Audinha, outra criança que colaborou com a coleção, a revisita-la. Elas ficaram surpresas com a situação dos objetos e relembrou como eles ficavam bonitos na prateleira de vidro, como eram cuidados e limpos com esmero por elas em muitos momentos. Na ocasião,

estávamos acompanhados por muitas crianças e espalhamos o material pelo chão. Percebemos como os materiais acionaram suas memórias, possibilitando lembrar de diferentes momentos de suas infâncias, das histórias que cada objeto evocava. Como discute Menezes (2018, p. 207), a materialidade pode se constituir como gatilhos da memória. Os objetos, para as jovens, se tornaram gatilhos para revisitar suas próprias histórias e memórias, que foram compartilhadas conosco e com as crianças presentes. Elas ocuparam o lugar de contadoras de histórias e narradoras de si, na dimensão benjaminiana (BENJAMIN, 1994), mediadas pela materialidade, realizando uma atividade educativa, ainda que sem nomeá-la de tal maneira.

Nessa direção, entendemos que as coleções arqueológicas comunitárias, ou as várias outras denominações que esses arranjos de objetos possuem, também informam sobre uma determinada gramática local de relações entre as pessoas e as coisas, que possui essencialmente um eixo educacional. Por que guardamos os objetos, se não para podermos criar e narrar histórias, falarmos de nós, de nossos territórios e dos outros? As famílias, em diferentes comunidades da Amazônia, o fazem como forma de relacionar-se com esses materiais, conectando-os às suas experiências vividas e às suas memórias.

Nesse sentido, ao compreendermos o convite para trabalhos colaborativos feitos a nós por comunidades do médio Solimões, marcadas pelas relações de compadrio e autoajuda, que conformam a vida em comunidade (SILVA, 2022a), propomos a reflexão de coleções parentes, o que também pode se estender a outros contextos do sul global onde essas características são percebidas. A importância das relações de autoajuda, no momento de formação das comunidades, se traduz no presente de muitas formas, inclusive nos demandando uma maior proximidade das pesquisas com a vida local. Geralmente ouvimos as frases: “Aqui, se você não for parente, se ficar, irá se tornar”. Por exemplo, a evocação dos fragmentos cerâmicos arqueológicos como pedaços de potes de alguidar das avós e tias é uma forma de familiarização com a materialidade, para trazer os objetos para perto de si. Consequentemente, a coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva não deixou de ser os brinquedos das crianças. São como aqueles brinquedos que amávamos na época da infância e, mesmo quando nos tornamos adultos, ainda os guardamos em um determinado armário ou gaveta, permeados pelos afetos e pelas lembranças. Da mesma forma, os acionamos para falar de um momento da vida e de nós.

A centralidade do fazer parentes nas comunidades de base tradicional na Amazônia conecta-se diretamente com as ideias de Donna Haraway (2016), que nos convida à realização de novos arranjos familiares que fujam das concepções modernas de família, estruturadas pela centralidade do humano, do masculino, do heterossexismo, da monogamia, da branquitude, do reprodutivismo, dos laços consanguíneos, das amarras do capital etc. Novos arranjos entre pessoas, diferentes seres e as próprias coisas são necessários para enfrentarmos os desafios do mundo em ruínas e do próprio falocentrismo do antropoceno. Devemos ficar com o problema para que ele nos mobilize potencialmente para o estabelecimento de novas relações, novas ideias, para que a criatividade seja ampliada em outras maneiras de se viver. As famílias ribeirinhas do médio rio Solimões já realizam isso como estratégias de sobrevivência diante das muitas adversidades. Nisso também existe a contribuição de uma longa duração indígena, que se traduz no presente de muitas formas (MACHADO, 2014).

A perspectiva de uma arqueologia parente (Silva, 2022a; 2022b) entende os laços de colaboração na arqueologia por meio de outros aportes teóricos, es-

pecialmente com a valorização das relações de compadrio que conformam as comunidades ribeirinhas especialmente a partir da década de 1980. Também coloca a centralidade dos processos educacionais na prática científica, que pode nos ajudar a entender a relação das comunidades com a materialidade e com a formação das coleções. A coleção da Rádio possui um enorme potencial educacional, pois evidencia o seu próprio processo de surgimento e a ocupação de um espaço ancestral permeado por muitas temporalidades. Pensar uma coleção parente é colocar em primeiro plano sua dimensão comunicacional e educacional na própria comunidade, para além dos processos de salvaguarda e comunicação que atravessam nossas práticas.

Na ocasião da revisitação da coleção arqueológica em 2019, as formadoras da coleção realizaram uma triagem do material por iniciativa própria, especialmente os que estavam na saca de farinha e que, com o manuseio, perderam o formato. Elas, então, realizaram uma nova curadoria. Aqueles que perderam a sua reconhecibilidade, “viraram pó” e não permitiam mais que se contassem histórias ou já não ativavam suas memórias, foram colocados pelas crianças ao pé da mangueira, fora do espaço da Rádio, ou seja, foram devolvidos ao sítio arqueológico. O material retornou ao próprio local onde fora encontrado, o solo da comunidade. Nossas noções de preservação ainda estão muito presas às concepções ocidentais e normativas, sendo avessas aos processos de destruição e transformação, que também produzem novas identidades, possibilitando renovações (GONÇALVES, 2015).

Foto 5: Triagem do material arqueológico pela Rosinha, Daiane e Aldinha.



Fonte: Maurício André da Silva, 2019.

Em 2021, em outra ação na comunidade, com lançamento do material didático (SILVA; TAMANAHA; LIMA, 2021), direcionado para professores/as, pudemos rever a coleção, que dessa vez estava guardada em uma caixa de papelão. Ao longo de um dia de trabalho, utilizamos um momento da formação para olharmos os materiais com os/as professores/as e discutir sobre a arqueologia local, como sobre as próprias histórias da comunidade. A Profa. Anne Rapp Py-Daniel utilizou a coleção

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas histórias de uma coleção parente

com os/as professores/as para falar sobre o patrimônio local, como também para pensar em possibilidades de uso em sala de aula.

A história de vida desses objetos tem passado por inúmeros momentos de ressignificação. Vimos que, após anos, eles foram apropriados como brinquedos de crianças. Por meio de olhares de especialistas, também foram encaminhados para um armário de vidro na Rádio Comunitária A Voz da Selva, depois para prateleiras de madeira, para uma saca de farinha e para uma caixa de papelão. Esse movimento pode indicar que o processo de musealização da arqueologia segue caminhos muito diferentes e, sobretudo, demanda a participação ativa da comunidade que a mantém, a qual muitas vezes já atua como curadora, pois as coisas arqueológicas passam ali por uma classificação de mundo e dialogam com narrativas da memória local. Talvez nós, como profissionais da arqueologia, também possamos fazer um mea-culpa por nosso interesse constante por novas escavações e novos dados, sem nos dedicarmos com mais atenção aos processos entre as pessoas e as coisas arqueológicas que acontecem a todo momento e de diferentes formas, narrando histórias. Ainda é recorrente a percepção de que, para ser arqueólogo/a, é necessário escavar, assim como o futuro das pesquisas dependeria dessa ação, sendo que o gerenciamento das coleções produzidas acaba sendo um dilema moral (JAMIENSON, 2015: 73). Fazer essa reflexão é necessário e nos parece urgente em contextos amazônicos, onde as pessoas e as coisas arqueológicas convivem lado a lado. O volume de material arqueológico proveniente da Amazônia é também o mais expressivo em reservas técnicas de instituições de guarda no Brasil, precisamos reconhecer essas comunidades que zelam pelas coleções como aliadas dos processos de gestão.

Mesmo diante desse cenário vivo da coleção parente da Rádio, ao olharmos fotografias gentilmente cedidas pelo Prof. Eduardo Góes Neves, que visitou a comunidade em 2001 e em 2006, alguns dos objetos registrados por ele ainda se encontram na coleção. Estão lá, possibilitando que essas memórias sejam vividas e contadas de muitas formas para as novas gerações e para as pessoas de fora.

Fotografia 6: Alguns dos objetos da coleção, registrados em 2006.



Fonte: Eduardo Góes Neves, 2006.

Para além dos desafios que essa coleção comunitária possui, os objetos sempre voltam para a relação de afeto e cuidado das jovens. Atualmente, Rosinha e seus filhos formam uma nova coleção parente, que é guardada em sua casa. Ao nos mostrar esses materiais, após uma conversa sobre eles pelo ripão de sua casa, ao final ela solicitou que as crianças os colocassem sobre a cama, pois depois ela os organizaria. A cama: um lugar extremamente pessoal e do cuidado de qualquer lar. Para nós, esse gesto indica a familiaridade com os objetos, o lugar que ocupam nas dinâmicas da vida e, entre outras possibilidades, a dimensão do zelo. Ao conversarmos sobre uma possível solução para os desafios atuais dados pelo fato de os materiais estarem fechados na Rádio, as jovens indicaram que o melhor caminho seria dividir a coleção novamente e trazer as peças para as casas de cada uma: ficar perto dos parentes, para que eles possam continuar na potência de acionar suas próprias experiências de vida e memórias; seguir no processo de formação de novos arranjos, novas composições com as famílias locais.

Fotografia 7: Rosinha e sua família diante dos novos objetos parentes guardados por ela.



Fonte: Maurício André da Silva, 2019.

Devido à dinâmica atual de existência da Rádio em Boa Esperança, os objetos desta coleção estão envolvidos em grande mobilidade. Segundo a percepção de suas criadoras, existiam muitos outros materiais no passado, que têm desaparecido, se transformado. Essa relação com a materialidade nas comunidades ribeirinhas escapa às nossas noções de preservação, que, por sua vez, demandam novos protocolos e ações.

Um caminho potencial para uma nova abordagem da arqueologia com a comunidade, que dialoga com o desejo das jovens, seria a construção de um espaço específico para a guarda da coleção. Segundo elas, desse modo conseguiriam gerir e cuidar melhor das peças. Nesse sentido, a oportunidade da criação de um novo local também seria oportuno para a implementação conjunta de arquivos locais, para que a comunidade também possa gerir as informações produzidas pela arqueologia, assim como a experimentação com a elaboração de exposições. Segundo Fabian (2010), uma boa coleção sempre vem acompanhada de um bom arquivo, para al-

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas  
histórias de uma coleção parente

cançar outras dimensões, para além da materialidade. No médio Solimões, temos investido na produção de pastas catálogos, arquivos de imagens impressas contando a história das pesquisas arqueológicas nas comunidades. As imagens trazem, em geral, as motivações das pesquisas, as pessoas envolvidas (das comunidades e da equipe de arqueologia), os passos dados, assim como métodos empregados durante as investigações. Esses arquivos são como ativadores de memória e são mobilizados pelas comunidades de muitas formas e em diferentes momentos. Nossa experiência indica que a ação contribui para a gestão de arquivos que a arqueologia produz, como mapas, fotografias e textos que ficam restritos aos nossos *hardwares*. Esse material de baixo custo e que a cada momento pode ser atualizado, torna-se um mecanismo para as pessoas construírem mais histórias sobre a arqueologia e sobre si próprias. São imagens que contribuem para falar de si e das relações de compadrio conosco e com as coisas.

Caso o desejo da comunidade caminhe para a construção de um espaço para a guarda da coleção parente da Rádio Comunitária A Voz da Selva, esse local pode inclusive trabalhar com a memória e a retomada do papel crucial que o sistema radiofônico teve para a alfabetização local, assim como para a promoção do lazer em tempos mais recentes. Por outro lado, se os objetos retornarem para as casas das jovens, esses materiais estão em sua potência parente, pois os objetos são porosos e transitam facilmente em muitos domínios da vida e do próprio fazer arqueológico. Betancourt (2020), ao refletir sobre coleções arqueológicas particulares com populações indígenas Tsimanes da Amazônia Boliviana, afirma que esses objetos devem permanecer nas comunidades, pois fazem parte da construção das memórias locais. Da mesma forma, é uma maneira de transformar as práticas estatais com o patrimônio arqueológico, que muitas vezes afastam as pessoas da materialidade de seus territórios e os preservam em reservas de museus. Também partimos desse pressuposto e acreditamos que, em cada localidade, a maneira de interagir, se apropriar e ressignificar a materialidade será específica e situada.

### Considerações finais

As variadas definições que as coleções arqueológicas assumem nos contextos comunitários da Amazônia indicam a grande potencialidade dos estudos arqueológicos a partir desse conjunto de coisas, especialmente as múltiplas relações que estabelecem com as famílias. O desafio da gestão do patrimônio arqueológico em um país continental como o Brasil deve valorizar essas ações e olhar para além das noções de preservação e comunicação que constituem a nossa área. A forma como esses objetos transitam na vida cotidiana e seus significados informam que o clássico modelo brasileiro de salvaguarda do patrimônio arqueológico, alimentado pelas pesquisas, já ocorre sem a nossa presença, sobretudo em seu caráter de narrar histórias e formar memórias, comunicando formas de ver o mundo, que existem independentemente da história contada pela arqueologia. Nesse sentido, abordagens museais abertas e plurais, baseadas nas visões de mundo locais e comunitárias, são ricas para nos fazer refletir sobre processos que contribuam para a produção de mais noções de diferenças e alteridades. Para nós, essa é uma forma de tornar o patrimônio arqueológico e cultural um agente e um meio decolonial de conectar mundos e epistemes diferentes, que não necessitam se sobrepor, mas se justapor, lado a lado.

Esses materiais de partida possibilitam que as famílias, jovens e crianças continuem compondo e contando histórias, produzindo narrativas em seus contextos sociais. Os territórios ancestrais dos sítios arqueológicos possibilitam a conexão de muitos tempos e lugares, formando histórias espaço-temporais. Assim, comunidades são parte dos processos de gerenciamento do patrimônio arqueológico; a partir de suas percepções, podemos entender a riqueza dos processos de apropriação da materialidade. Pensar em coleções parentes pode indicar uma forma potencial para a compressão das especificidades locais da relação com as coisas, que transitam entre as muitas fases e momentos da vida.

## Agradecimentos

Agradecemos às famílias da comunidade de Boa Esperança na RDS Amanã, especialmente às moradoras Rosinha, Antônia Rosely Silva e Dayane Reis, por nos ensinarem, abrirem suas vidas e casas para nos acolher. Ao IDSM por apoiar o desenvolvimento deste trabalho e aos colegas parceiros/as de pesquisa do Laboratório de Arqueologia do IDSM.

## Referências

ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. In: *Amazonica 1* (1): 178-199, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/148>

AMARAL, Márcio. ROSA, Patrícia. CASSINO, Mariana Franco. Arqueologia e Simbologia na Região do Baixo Rio Juruá. *XX Congresso da SAB*. Pelotas: 2019.

ARAÚJO, Geórgia Layla Holanda de. LIMA, Márcio Amaral. TAMANAHA, Eduardo Kazuo. História, memória e patrimônio da cidade de Tefé pelo viés da arqueologia urbana. Transfronteiras, epistemologias, culturas e vozes disciplinares. *Caderno de Resumos do V Encontro*, Manaus, Tefé, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, n. 11, 2013, p. 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

BARRETO, Cristiana. Do teso marajoara ao sambódromo: agência e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(3), e20190106, p. 1-19. 2020. doi: 10.1590/2178-2547-BGO-ELDI-2019-0106

BELLETTI, Jaqueline. *Arqueologia do Lago de Tefé*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.71.2015.tde-13102015-153201

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: *Rua de mão única*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Brasiliense, p. 227-235, 1987.

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas histórias de uma coleção parente

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão única. In: *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BENJAMIN, Walter. O colecionador. In: *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p.103-109, 2009.

BEZERRA, Marcia. Brincando no sítio: crianças, cultura material e passado na Amazônia. *Nova Revista Amazônica*. Bragança: Universidade Federal do Pará, v.4, n.3, p. 1-7, 2016. <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v4i3.6446>

BEZERRA, Marcia. *Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha. 2017.

BEZERRA, Marcia. Com os cacos no bolso: o colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, p. 85-99, 2018.

BETANCOURT, Carla Jaimes. Llegar acá en vez de llevar allá” – Objetos que entrelazan historias y personas. IN: BETANCOURT, Carla Jaimes. NOACK, Karoline. RATTUNDE, Naomi. *Bonn Americanist Collection and Studies*, Alemanha. 2020. p. 189 - 210.

BIANCHEZZI, Clarice. SANTOS, Adriano Márcio dos. BASSI, Filippo Stampanoni. LIMA, Helena Pinto. MACHADO, Michel Carvalho. CRUZ, Alef Fernandes. BATISTA FILHO, Arnoud de Oliveira. PAIVA, Maurício de. *Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins*. 1. ed. – Parintins, AM: Eskenazi Gráfica, 2021.

BOFF, Leonardo. BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Editora Vozes: Petrópolis, 2001.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização Da Arqueologia: Caminhos Percorridos. *Revista de Arqueologia*. Vol. 26, n. 2, p.04-15. 2014. <https://DOI.org/10.24885/sab.v26i2.379>.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Acervos arqueológicos: Relevâncias, Problemas e desafios desde sempre e para sempre”. *Revista de Arqueologia*. v. 33 n. 3. p. 8-18, 2020. <https://DOI.org/10.24885/sab.v33i3.845>

CASSINO, Mariana Franco. SHOCK, Myrtle. Pearl. FURQUIM, Laura. . ORTEGA, Daniela Dias. MACHADO, Juliana Salles. CLEMENT, Charles Roland. *Arqueobotânica: história dos povos indígenas e plantas alimentícias do Brasil*. Labnutrir, Natal, RN, 13 out. 2020.

CASSINO, Mariana Franco . FRANCO, Caetano. FREIRE, Guilherme. COELHO, Sara. LIMA, Marjorie. LIMA, M.. TAMANAHA, Eduardo Kazuo. Paisagens culturais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã: identificação de florestas úteis na região do sítio arqueológico Boa Esperança, Amazonas, Brasil. In: XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, Belém. *Anais do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, 2018.

COELHO, Leni Rodrigues. *Educação de adultos no cenário amazônico: Movimento de Educação de Base em Tefé/AM (1963-1982)*. Tese (Doutorado), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

COSTA, Bernardo Lacale Silva. *Levantamento arqueológico na reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) Amanã: Estado do Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.71.2012.tde-04032013-104349.

CRIADO-BOADO, Felipe; BARREIRO, David. El patrimonio era otra cosa. *Estud. atacam.*, San Pedro de Atacama, n. 45, p. 05-18, 2013.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 17, p. 129-146, 17 maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/29480>.

CUSICANQUI, Silvia Riveira. *Ch'ixinakax utxiwa*. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón. Pinturas. 2010.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.) *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana*, v. 16, p. 59-73, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000100003>

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento Educação de Base (1961-1966)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, Lúcio Meneses. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870 - 1917)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio de Sousa. *A Voz da Selva: Comunicação para o Desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2009.

GNECCO, Cristóbal. LANGEBAEK, Carl. Introduction: Against Typological Tyranny. In: GNECCO, Cristóbal. LANGEBAEK, Carl. (Eds.). *Against Typological Tyranny in Archaeology: A South American perspective*. Springer Science & Business Media, 2013, p. v-x.

GOMES, Jaqueline. *Cronologia e mudança cultural na RDS Amanã (Amazonas): um estudo sobre a fase Caiambé da Tradição Borda Incisa*. Dissertação (Mestrado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.71.2016.tde-22012016-114613

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas  
histórias de uma coleção parente

GOMES, Jaqueline. Alteridades e Paisagens na Comunidade Boa Esperança, RDS AMANÃ (AM). *Teoria & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 92-114, 2016.

GOMES, Jaqueline. *Etnoarqueologia das paisagens na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã*, Amazonas. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, n.55, p. 211-228, 2015.

JAMIESON, Andrew. Developing Strategies for Sustainably Managing Archaeological Collections Author(s): Andrew Jamieson Source: *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology & Heritage Studies*, Vol. 3, No. 1 (2015), pp. 71-77

HABER, Alejandro F. Arqueologia, Fronteira e Indisciplina. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 5-16, set. 2012. ISSN 1983-7798. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2203>>.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HAMILAKIS, Yannis. Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology. *Annual Review of Anthropology*, Volume 40, p. 399-414, 2011.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom - Vulnerabilidade* [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Available from: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/rafa-carvalho-...e-uma-vergonha/>

KATER, Tiago. A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 2, p. e20190078, 2020. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0078>

LIMA, Deborah Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 2, n. 2, mar. 2009. ISSN 2179 - 7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107>

LIMA, Helena Pinto. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 25-38, ago. 2019. ISSN 1983 - 7798. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7086>

LIMA, Márjorie do Nascimento. *Entrelaçando Histórias: Antigas formas de habitar os lagos do Médio Solimões*. Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LIMA, Marjorie do Nascimento. SILVA, Maurício André. LIMA, Silvia Cunha. CASSINO, Mariana Franco. TAMANAHA, Eduardo. Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(2), e20190153, 2021. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0153>

LIMA, Silvia Cunha. *Conservação Arqueológica: uma reflexão a partir de estudo de caso no Brasil*. Relatório científico. Processo Fapesp n.2014/01968-1. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2016.

LIMA, Silvia Cunha. *Conservação arqueológica: uma reflexão a partir de estudo de caso no Brasil*. Relatório científico. Processo Fapesp n.2014/01968-1. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2018.

LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 377-404, Dec. 2010. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832010000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000200016&lng=en&nrm=iso)

LOPES, Rafael Cardoso de Almeida. *A tradição policroma da Amazônia no contexto do Médio Rio Solimões (AM)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

LOWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MACHADO, Juliana Salles. Ilha Caviana: sobre suas paisagens, tempos e transformações. *Amazonica - Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 283-313, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1870>

MACHADO, Juliana Salles. Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios, coleções arqueológicas e os Laklãnõ-Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC. *Hawò*, [S. l.], v. 2, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/hawo/article/view/68725>

MARQUES, Marcélia; HILBERT, Klaus Peter Kristian. Coleções e Colecionadores: vozes da exposição. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 68-85, 2012. DOI: 10.31239/vtg.v6i2.10630. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11861>

MARRAS, Stelio. Qual ciência visar?. In: *Climacom*. Ano 03 – N.06 - “Territórios”, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/qual-ciencia-visar/>

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: a casa de Chico Mendes. In: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 38, p. 85-99, 2018.

MORAES WICHERS, Camila Azevedo Moraes. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des)Caminhos da Prática Brasileira*. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

A coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, RDS Amanã, Amazonas  
histórias de uma coleção parente

NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva. MOURA, Edila Arnaud. CORREA, Dávila S. S. MARTINS, Maria Isabel F. P. de Oliveira. CHAGAS, Hudson Cruz das. Dinâmicas Sociodemográficas. In: NASCIMENTO, A. C. S., MARTINS, Maria Isabel F. P. de Oliveira, GOMES, Maria Cecília Rosinski Lima, FERREIRA-FERREIRA, Jefferson, SOUZA, Isabel Soares de. FRANCO, Caetano Lucas Borges, SOUZA, Marília de Jesus da Silva (orgs). Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas. Tefé, AM: IDSM, p. 189-215, 2019.

PEREIRA, Daiane. O “ROUBO DAS URNAS”: A RELAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO E OS COLETIVOS HUMANOS. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 39-52, ago. 2019. ISSN 1983-7798 <https://doi.org/10.18224/hab.v17i1.7112>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SILVA, Fabíola Andrea. GORDON, Cesar. Histórias de uma coleção indisciplinada. Depoimento de Lux Vidal a Fabíola A. Silva e Cesar Gordon. In: SILVA, F.A.; GORDON, C. (Orgs). *Xikrin: Uma coleção etnográfica*. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 37-58.

SILVA, Maurício André da. *Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da FLONA Tefé, Amazonas*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022a. doi:10.11606/T.71.2022.tde-17022023-153451.

SILVA, Maurício André. AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS CONVIDAM PARA COLABORAÇÃO NO MÉDIO RIO SOLIMÕES - AMAZÔNIA: POR UMA ARQUEOLOGIA PARENTE. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 401-424, 2022b. DOI: 10.18224/hab.v20i2.12734. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12734>.

SILVA, Maurício André da. *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - MAE, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.71.2015.tde-27052015-112059.

SILVA, Maurício André da; TAMANAHA, Eduardo Kazuo ; LIMA, Márjorie do Nascimento. *Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para lousa*. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786599306228>

VANVELTHEM, Lucia Hussak. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, p. 51-66, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

VOSS, Barbara L. Curation as research. A case study in orphaned and underreported archaeological collections. *Archaeological Dialogues*, 19, pp 145-169, 2012. doi:10.1017/S1380203812000219

Recebido em junho de 2023. Aprovado em setembro de 2023.